
Refletindo sobre o Texto A Estruturação de Dissertações e Teses em Administração: Caracterização Teórica e Sugestões Práticas, de Pedro Lincoln Mattos

Sylvia Constant Vergara

No Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (ENANPAD) de 2000, Bárbara Hemais e eu apresentamos o trabalho *A Cultura Anglo-Americana na Produção Brasileira: Um Estudo de Intertextualidade de Trabalhos em Estudos Organizacionais*. Depois ampliamos nossas reflexões, o que nos levou à constatação de que tínhamos feito um estudo maior do que o inicialmente proposto. Tínhamos estudado *O Jeito Brasileiro de Publicar em Estudos Organizacionais*, título pelo qual o trabalho - alterado em parte - foi publicado em 2001 na revista *Organizações & Sociedade*. Um de nossos achados foi aquele segundo o qual pesquisadores brasileiros preferem não explicitar sua opinião sobre o quê ou quem está sendo citado, apenas o fazendo quando se trata de autores estrangeiros.

Ao propor um debate direto entre pesquisadores brasileiros, no qual seus nomes são explicitados, a *Revista de Administração Contemporânea (RAC)* busca romper com a tradição. Foi-me solicitado que lesse o trabalho enviado por Pedro Lincoln Mattos à Direção da ANPAD, e que apresentasse minhas reflexões sobre o texto, de modo a que ambos fossem levados aos leitores da RAC. É o que empreendo a seguir.

Ao fazer a crítica às formas pelas quais teses, dissertações e artigos acadêmicos são produzidos, o autor assevera que estão presos a um formalismo pouco contributivo à “verdadeira construção do conhecimento”. Eis aí o seu desconforto e a motivação para a estrutura do seu texto.

Ele formula outra proposta, ainda formal: que teses, dissertações e artigos acadêmicos sejam estruturados em três partes. São elas: (1) o estado da questão; (2) a argumentação; (3) a conclusão. Ou, como nos velhos tempos, (1) introdução; (2) desenvolvimento; (3) conclusão. Cada uma das partes propostas pelo autor tem suas subdivisões.

No cerne do estudo de Pedro Lincoln está a técnica da argumentação em visão elaborada por Perelman e Olbrechts-Tyteca, pesquisadores que, em 1958, publicaram pela primeira vez, em Bruxelas, seu *Traité de L'Argumentation*, o qual resgata a dialética aristotélica para rejeitar conceitos como evidência e recursos

à cálculos e à experiência, tão caros à produção científica, bem como para refutar a distinção entre os juízos de fato e os de valor. Sobre esse ponto, vale acrescentar a posição de Habermas. Para esse autor, pesquisas científicas são orientadas por interesses cognitivos, resultando daí uma correspondência entre conhecimento e interesse que, no plano lógico, corresponde à relação dos julgamentos de fato com os de valor. Dissociar valores e fatos, assevera Habermas, é opor ao ser um dever-ser abstrato.

Segundo os filósofos Perelman e Olbrechts-Tyteca, “o objetivo dessa teoria [a da argumentação] é o estudo das técnicas discursivas que permitem provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se lhes apresentam ao assentimento”. Delimitam seu estudo “apenas à técnica que utiliza a linguagem para persuadir e para convencer”, concentrando-se nos textos impressos. Como informam, não discutem a maneira pela qual a comunicação com o auditório é efetuada, a mnemotécnica e a elocução ou ação oratória.

Pedro Lincoln tem razão ao mencionar que, às vezes, teses, dissertações e artigos acadêmicos prendem-se a aspectos formais e a um rol de citações, deixando de lado “o que quer realmente o autor” e a relevância social do seu trabalho. Sublinhando esse aspecto, vale lembrar Pedro Demo, que sobre ele já discorreu longamente. É bem conhecida sua referência à **qualidade formal** e à **qualidade política** da produção científica. No entanto, se, como afirma o autor do texto ora sob reflexão, “a preocupação metodológica tem polarizado, desnecessariamente, as atenções de estudantes de pós-graduação”, não se pode deixar de reconhecer que a preocupação metodológica seja tão importante quanto a motivação pelo conhecimento. Talvez por esse motivo o autor tenha proposto a argumentação, um método, um conjunto de técnicas capaz de, segundo ele, alcançar a “unidade do texto” e, nas palavras de Perelman e sua colaboradora, obter a adesão do auditório e influenciar suas ações. Não se trata, porém, de um “critério *a priori* para desempatar as teses opostas”, fundamento da razão cartesiana, como explicita Michel Meyer no Prefácio à obra de Perelman; antes, de um “discurso do método” que analisa argumentos governantes de decisões, o qual aceita “o pluralismo, tanto nos valores como nas opiniões”.

Se, claramente há de se concordar que os aspectos formais não devam sobrepujar-se ao conteúdo do que se apresenta, fica difícil, no entanto, admitir que a academia sugira a seus membros, iniciantes ou não, que a prática metodológica seja, “sobretudo, uma prática de regras metodológicas”. Até onde me é dado perceber, o movimento da academia é no sentido de oferecer sugestões práticas, como o faz Pedro Lincoln, conforme explicitado no título do seu trabalho. Essas sugestões da academia são plurais, isto é, ela não elegeu um único tipo de estruturação - universal, portanto - para que trabalhos científicos sejam apresentados.

Ao aceitar propostas variadas, no entanto, o que a academia não faz é deixar de reconhecer a necessidade de que nas propostas estejam presentes alguns elementos. Todos eles também aparecem na proposta do autor: problematização de fatos e de idéias, objetivo, hipótese, justificativa/relevância (finalidade social, “ato perlocucionário de fala”), argumentação própria ou de outros autores e conclusões.

Uma significativa contribuição do texto é permitir a seus leitores a conclusão de que um trabalho científico não deve ser confundido com um resumo desse ou daqueles autores; antes, como uma argumentação com suporte em outros autores. O fato de ser um relatório, um relato dos achados e das reflexões do pesquisador, portanto, um texto dirigido a um “auditório”, em função do qual qualquer argumentação se desenvolve, torna-o um “ato lingüístico de comunicação”. Aqui, novamente o texto permite a seus leitores outra conclusão: linguagens herméticas, pouco claras, às vezes encontradas, não permitem facilmente reconhecer no trabalho científico relatado, um ato de... comunicação. Contra essa armadilha é preciso ter cuidado.

Finalmente, se, em concordância com o autor, pode-se afirmar que (1) um trabalho científico deve ser definido “a partir de contexto lingüístico-comunicativo de construção do conhecimento” e (2) a utilização de um conjunto de regras metodológicas não garante essa construção vale, no entanto, fazer uma ressalva: não há como realizar um trabalho científico sem um método. O da argumentação, proposto por Pedro Lincoln, guarda nas suas razões crenças ontológicas e epistemológicas que merecem nossa escuta.

Em 1991, percebi que muitos iniciantes formulavam seu problema desligado do referencial teórico que pretensamente o suportava e que, não raro, o conteúdo da coleta de dados caminhava em outra direção. Consolidei, então, uma nota didática que, em 1997, transformar-se-ia na primeira edição do livro publicado pela Atlas. O que buscava era chamar a atenção para a necessária concatenação de idéias, que deveria imprimir consistência ao trabalho. A argumentação direcionada para o problema deveria ser construída com profundidade, coerência, clareza e elegância. O livro não tem a pretensão de reacender o debate em torno de questões filosóficas e epistemológicas, pois toma como fato seu conhecimento por parte de pesquisadores. O que o livro pretende, assim como o artigo aqui analisado, é oferecer sugestões de ordem prática. Portanto, espero que tanto os leitores de Pedro Lincoln, quanto os meus, possam posicionar-se ante os debates sobre conflitos metodológicos e epistemológicos, fazer suas “escolhas cruciais”, realizar suas “intencionalidades” e contribuir para o acervo da produção científica existente.